

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 – Complementar

1

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 – Complementar	Emenda da CCJ
	Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	<b>Art. 1º</b> O inciso II no art. 7º da <a href="#">Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	
		<b>Emenda nº 1 – CCJ</b> Acresça-se, ao art. 7º da Lei Complementar nº 95, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 - Complementar, o seguinte parágrafo único:
<b>Art. 7º</b> O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:	“ <b>Art. 7º</b> .....	<b>Art. 7º</b> .....
.....	.....	.....
II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;	II – a lei não conterá:	
	a) matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;	
	b) autorização para o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do seu destinatário;	
	..... (NR)	Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às medidas provisórias editadas pelo Presidente da República, e constitui elemento de sua juridicidade.



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 – Complementar

2

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 – Complementar	Emenda da CCJ
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

